

GENTE DE REPUTAÇÃO, PESTES E SECAS: RETALHOS HISTÓRICOS DA DESIGUALDADE SOCIAL E “EPIDÊMICA” NOS SERTÕES NORDESTINOS

Aldo Manoel Branquinho Nunes¹

 <https://orcid.org/0000-0002-0365-4259>

Valdênio Freitas Meneses²

 <https://orcid.org/0000-0002-1914-9265>

RESUMO

“Mazela”, “Cranco”, “Grenghena”, “Bobonhica”, “Febetife”, “Febre do Rato”, “Gota Serena”, “Bexiga Lixa”, “O Bute”, “Miséria” e “Desgraça”. Esses termos até hoje presentes no vocabulário e sotaques de pessoas de áreas do sertão nordestino – e usualmente utilizados como palavrões – são vocábulos cujas origens e usos remetem a uma longa história de flagelos e doenças. Este artigo é fruto de um exercício de pesquisa que tentou analisar as repercussões sociais de eventos epidêmicos ocorridos no Nordeste brasileiro, na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Sob os auspícios do ferramental da sociologia histórica e colocando a discussão em função dos debates sobre as secas e estiagens nos sertões nordestinos, analisamos os processos sociais decorrentes da epidemia da cólera em Pernambuco, entre 1854 e 1856, da varíola no Ceará, no ano de 1877, e da febre tifóide, em obras de açudagem na Paraíba, em 1932. Devotamos atenção especial ao quadro de representações em torno das doenças, às relações de poder e aos posicionamentos sociais, num contexto de recrudescimento das desigualdades sociais. Para tanto, consultamos obras de memorialistas e documentação disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), dentre ela, os fundos contendo ofícios das Câmaras Municipais e Leis Provinciais de Pernambuco. Em seguida, realizamos a leitura analítica de livros de assentos eclesiásticos de óbitos (1855-1863) da Freguesia da Ingazeira, de relatórios dos presidentes das províncias de Pernambuco, Ceará e Paraíba, de relatórios de obras de açudagem e de periódicos que publicaram notícias sobre cada um desses períodos epidêmicos.

Palavras-chave: Epidemias. Secas. Sertões Nordestinos.

REPUTATION, DROUGHTS AND DISEASES: EPIDEMICAL AND SOCIAL INEQUALITIES IN BRAZILIAN NORTHEAST (XIX-XXth CENTURY)

ABSTRACT

Mazela”, “Cranco”, “Grenghena”, “Bobonhica”, “Febetife”, “Febre do Rato”, “Gota Serena”, “Bexiga Lixa”, “O Bute”, “Miséria” e “Desgraça”. These words are still present today in the vocabulary and accents of people from parts of the *sertão* of the Brazilian Northeast. Often used as swear words, its express a long history of afflictions, drouhts and diseases. The paper discuss epidemic events in Brazilian northeast between XIX-XXth century. Based in historical sociology about the droughts the article analyse the cholera morbius (1854-1856), cholera epidemic (1854–1856), the smallpox outbreak in 1877, and the typhoid fever epidemic in 1932. The article show how representations of these diseases are connected to power relations, and social inequalities. The researching sourcers are documents at the *Arquivo Público Jordão Emerenciano* (APEJE), including records from municipal councils and provincial laws of Pernambuco. We also conducted an analytical

¹ Doutor em Ciências Sociais. Técnico-administrativo lotado na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba (PROEX/UEPB. Sócio-fundador do Centro de Pesquisa e Documentação do Pajeú (CPDOC-PAJEÚ). E-mail: aldobranquinho@servidor.uepb.edu.br.

² Doutor em Ciências Sociais. Professor da Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologia Ambiental (UACTA) e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br.

reading of ecclesiastical death registers (1855–1863) from the Ingazeira, reports by provincial presidents of Pernambuco and Paraíba about droughts and wave diseases between 1854 to 1932.

Keywords: Epidemics. Droughts. Sertões. Brazilian Northeast.

GENTE DE REPUTACIÓN, EPIDEMIAS Y SEQUÍAS: FRAGMENTOS HISTÓRICOS DE LA DESIGUALDAD SOCIAL EN LOS SERTONES DEL NORDESTE BRASILEÑO

RESUMEN

“Mazela”, “Cranco”, “Grenghena”, “Bobonhica”, “Febetife”, “Febre do Rato”, “Gota Serena”, “Bexiga Lixa”, “O Bute”, “Miséria” e “Desgraça”. Estas palabras siguen presentes hoy en el vocabulario y los acentos de personas de partes del sertão del Nordeste brasileño. A menudo utilizadas como insultos, reflejan una larga historia de aflicciones, sequías y enfermedades. Este artículo examina los acontecimientos epidémicos en el Nordeste brasileño entre los siglos XIX y XX. A partir de la sociología histórica de las sequías, el artículo analiza la epidemia de cólera morbus (1854–1856), el brote de viruela de 1877 y la epidemia de fiebre tifoidea de 1932. Muestra cómo las representaciones de estas enfermedades estaban entrelazadas con las relaciones de poder y las desigualdades sociales. La investigación se basa en fuentes del Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), incluidos registros de cámaras municipales y leyes provinciales de Pernambuco. Además, realizamos una lectura analítica de los registros eclesiásticos de defunción (1855–1863) de Ingazeira, así como de informes de presidentes provinciales de Pernambuco y Paraíba sobre sequías y oleadas de enfermedades entre 1854 y 1932.

Palabras clave: Epidemias. Sequias. Nordeste brasileño.

INTRODUÇÃO

“Mazela”, “Cranco”, “Grenghena”, “Bobonhica”, “Febetife”, “Febre do Rato”, “Gota Serena”, “Bexiga Lixa”, “Moléstia dos Cachorros”, “O Bute”, “Miséria” e “Desgraça”. Esses termos presentes no vocabulário dialetal e nos sotaques de pessoas oriundas de áreas do sertão nordestino são usualmente utilizados como palavrões, xingamentos e funcionam discursivamente tanto como forma de protesto às situações desagradáveis, quanto como recurso à maledicência, ao escárnio, ao esconjuro de inimigos ou adversários sobre quem são rogadas pragas com o objetivo de recorrer ao sobrenatural para que se faça justiça ou para, ao desejar o mal a outrem, se pratique a vingança sem que ocorra o cometimento de crimes. São vocábulos cujas origens e usos remetem a uma longa história de flagelos e doenças.

Na passagem do século XIX até século XX, a leitura de fontes primárias (jornais, discursos de autoridades etc.), de memorialistas locais e historiadores, revelam que não era incomum que ondas de “pestes” acompanhassem secas com suas crises de abastecimento e perdas de milhares de vidas, que estavam relacionadas às economias das vilas, ao mundo e ao cotidiano das populações mais pobres, causando, também, prejuízo às elites agrárias e políticas. Isso ajuda a explicar como foram marcantes eventos como a seca de 1877: tanto “problema nacional” do Império e das escolas de

engenharia, até evento base de estrutura narrativa dos enredos de vasta produção literária regionalista que viria a ser produzida no século XX (Albuquerque Jr, 2017).

Esses momentos históricos das epidemias situam-se nos vários “estados” de emergência que acentuam desigualdades e problemas já existentes em várias sociedades (escassez, fome e até violência armada etc.). Nosso interesse no caráter excepcional das epidemias e pandemias está apoiado justamente nas consequências sociais que esses fenômenos eventuais produzem na dinâmica de relações sociais.

A título de exemplo, historiadores já trataram em vastos volumes sobre a relação entre crises econômicas, ondas de doenças e grandes mudanças sociais (Snowden, 2019). Ao lado das guerras e revoltas, o alto grau de mortalidade da Peste Negra, por exemplo, foi “um cavaleiro do apocalipse” que alterou a pressão demográfica e o valor da mão de obra nos sistemas agrários da Europa medieval (Scheidel, 2017, p. 367). Os micróbios também foram aliados dos europeus nos processos de colonização: a varíola dizimou milhares e enfraqueceu a capacidade de resistência de grandes civilizações ameríndias (Malvido, 2008).

Diante das preocupações, vivenciadas há cinco anos,³ com avanço do novo coronavírus em municípios e áreas rurais do interior do Brasil, empenhamo-nos num exercício de pesquisa de revisitar os temas das epidemias e das secas: desde registros nos antigos sertões, na região conhecida, no período colonial e imperial brasileiro, como “Norte” e que, a partir do século XX, seria demarcada como Nordeste, Polígono das Secas, ou atualmente por Semiárido. Lançamos mão de recursos de pesquisas sociológicas e historiográficas para refletir sobre como desigualdades sociais são realçadas em momentos de crises “epidêmicas”. Para tanto, estamos utilizando como exemplos ondas de estiagens e doenças ocorridas entre século XIX-XX. Na primeira parte do texto, tratamos das ondas de Cólera em Pernambuco, no século XIX. Na segunda parte, analisamos a onda de “bexiga” da seca de 1877 e o temor da desordem das elites de Fortaleza em torno dos saques, além da proliferação de doenças entre os retirantes. Na terceira parte, analisamos as obras do DNOCS, em que muitos trabalhadores morrem infectados pela febre tifóide no Alto Piranhas, e a seca de 1932 na Paraíba.

CHOLERA MORBUS NO NORDESTE SECO: UMA EPIDEMIA DE SENTIDO REVERSO?

Ao longo do ano de 1854, com as primeiras notícias de que a Europa vivenciara um surto epidêmico “do Cholera Morbus”, a Província de Pernambuco, através da “Comissão de Hygiene Pública”, cuidou de formular medidas preventivas para impedir a entrada e a disseminação da doença

³ Esse texto teve origem em reflexões feitas durante a pandemia da COVID em 2020. Parte delas foram publicadas, em versão simplificada, em livro organizado pela EDUEPB. Outra origem desse artigo foi um minicurso ministrado pelos autores e que fez parte da programação do II Seminário Nacional de História Social dos Sertões, realizado em conjunto com a IV Jornada de História dos Sertões, organizado pela UFRN (Campus Caicó) e realizado online em maio de 2021.

em seu território. Tratava-se de 46 medidas a serem implementadas especialmente na capital e ao longo do litoral, que envolviam fiscalização sobre embarcações, quarentena sobre tripulações e medidas de higiene pública e saneamento básico (Relatório, 1855).

Mas o fato é que a entrada da doença no Nordeste ocorreu no ano subsequente, 1855, não pelo litoral, mas pelo Sertão da Bahia, margeando o Rio São Francisco e seus afluentes. Em Pernambuco, os primeiros casos da doença foram registrados em Papacaça (Bom Conselho), de lá espalhando-se para Garanhuns, Cimbres (Pesqueira), Alagoa de Baixo (Sertânia) e pelas vilas do Pajeú de Flores, no ano de 1856. Na Paraíba, a entrada ocorreu pela Vila de São João do Cariri, precisamente, entre Alagoa do Monteiro e Zabelê. Em 1862, porém em menor escala, um novo surto epidêmico ocorreu nas províncias da região que hoje conhecemos por Nordeste, mais uma vez iniciando pelas terras sertanejas (Rego, 1873).

Na obra do memorialista Ulisses Lins de Albuquerque (1889-1979), podemos encontrar vários relatos de doenças e epidemias que assolaram o interior do Nordeste entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, especialmente relativos aos sertões das províncias de Pernambuco e Paraíba. No trecho abaixo, encontramos relatado o caso da Cólera, na freguesia de Alagoa de Baixo, atualmente município de Sertânia (PE), no Sertão do Moxotó.

O cólera-morbo

No ano de 1856 foi a freguesia de Alagoa de Baixo assaltada pela epidemia de que grassava na Província. Mal chegava ao sertão a notícia de que a capital e suas adjacências estavam sendo assoladas por um navio que viera do Pará, eis que ela se manifesta de repente pela terrível epidemia, trazida na povoação de Alagoa de Baixo, na véspera do Natal.

Na ocasião em que os fiéis entravam na igreja, esperando a hora da Missa do Galo, manifestam-se os sintomas do mal numa das pessoas presentes. Tratava-se de uma senhora da família Siqueira, residente na fazenda Favela, ao sul da atual vila do Rio da Barra. A moça, que era de gente abastada, entrou na igreja tão cheia de jóias – colares, pulseiras, anéis de ouro, etc. – de maneira a chamar a atenção. De súbito, começou a vomitar, a sentir fortes cólicas... e, momentos após, era conduzida nos braços por várias pessoas para a casa em que se hospedara, em situação lamentável.

Daí por diante começaram a surgir os casos de cólera, e, embora o surto epidêmico tivesse sido apenas de quinze dias, foi elevado o número de mortos.

Contava minha avó materna, Carlota Leite de Siqueira (Santa), que o pai – Antônio de Siqueira-viera de sua fazenda Jacu, com a família, a fim de assistir às festas de Natal, e, quando regressava, de passagem pela fazenda Bom Nome, de súbito apareceram os sintomas do mal em seu irmão — único filho varão de Antônio de Siqueira. Em chegando ao Jacu, o rapaz ficou logo em prostração, vindo a falecer.

Na fazenda, a moléstia alastrou-se rapidamente, atingindo um genro de Antônio de Siqueira – Antônio Leite de Siqueira Tó –, que contava haver sofrido um colapso, e nesse transe chegara ao Céu... E ali, admirando o mais belo panorama – flores por toda parte – ajoelhar-se aos pés de Nossa Senhora, pedindo-lhe para voltar à vida... E foi atendido!

Vários escravos da fazenda adoeceram, morrendo diversos. Sobre um deles, que escapou, contava meu pai interessante episódio. Em virtude das instruções recebidas, não se permitia que os coléricos bebessem água, a não ser em pequenas doses. Estava assim o escravo a morrer de sede, escaldado pela febre, deitado numa esteira, quando a sua companheira, depois de lavar os pés numa gamela, deixou-a na camarinha, enquanto atendia a um chamado. O

O relato traz detalhes dos primeiros casos de cólera registrados e vivenciados por seus parentes e informantes que presenciaram a entrada da doença na freguesia, em dezembro de 1856. Importante a sinalização da data em que se iniciou a disseminação da doença, pois este é um dos meses mais duros do período de estiagem, que, na região, anualmente, se inicia em junho/julho e vai até dezembro/janeiro. Foi justamente quando as únicas fontes de água potável – como ainda é comum em vastas áreas do semiárido – restringiam-se a pequenos açudes e cacimbas construídas nos rios e riachos intermitentes da região. Apesar de os anos de 1855, 1856 e 1862 não terem sido relatados como anos de seca pela bibliografia especializada em estudar o “Norte” imperial, é possível associar a epidemia de “Cholera”, a partir dos sertões, às formas de acesso à água, através de açudes e cacimbas, especialmente nos períodos anuais de estiagem.

Esta memória de Ulisses Lins também informa que o surto foi rápido, porém devastador, tendo durado apenas 15 dias e, nesse pequeno período, matado muitas pessoas. Interessante notar no relato que, ao mesmo tempo em que o autor destaca as mortes de duas pessoas abastadas e a cura (interpretada como ressuscitação ou sobrevivência depois de uma experiência de quase morte) de uma outra, através da oração, identificando-as por nome e sobrenome da família – a saber, Siqueira, da qual também pertencia pela linha materna –, simplesmente afirma, sem identificar pelos nomes, que “vários escravos da fazenda adoeceram, morrendo diversos”. No mesmo relato, trata de um caso em que uma das pessoas escravizadas contaminadas conseguiu sobreviver após tomar água suja, sobras da lavagem dos pés de sua esposa.

Analisando o relato nas suas entrelinhas, é possível interpretar que o texto do autor é carregado de valores que aparecem em intenções expressas e mensagens subliminares que representam o discurso não dito. Talvez a intenção do autor em destacar a morte de pessoas ricas tenha sido a de informar o leitor que a Cólera atingia indistintamente os ricos e os pobres (escravizados). Associada a isso, a utilização do artifício linguístico de omitir o real número e os nomes das pessoas escravizadas que foram acometidas pela doença, pode revelar a adesão do autor aos valores que legitimaram a (ou atenuaram os cruéis efeitos da) escravidão. Da mesma forma, quando destacados os dois casos de sobrevivências, a do genro do fazendeiro e a do escravizado, o faz de forma sarcástica, através de uma comparação indireta que confronta a cura pela fé e a cura pela teimosia de um ser que descumpriu as orientações médicas e sanitárias, numa atitude de desespero causada pela sede ou, quem sabe, na cabeça do autor, uma ação guiada por uma não dita animalidade.

A presença da cólera no interior da Paraíba também foi lembrada pelo padre João Jorge Rietveld (1999), na memória de fundação de paróquias do Cariri paraibano. Sua pesquisa pessoal registrou relatos de escassez de água e cólera varrendo parte da população na região do Cariris Velhos

da Paraíba, durante as grandes secas da segunda metade do século XIX. Famílias de elite rural – como os Neves – fizeram promessas que envolviam terras para a construção de uma igreja dedicada a São Sebastião, santo protetor das pestes. Assim, no século XIX, foi fundada a paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro que, ainda hoje, mantém uma grande festa anual em homenagem ao santo padroeiro (Rietveld, 1999).

No caso de Pernambuco, nos escritos oficiais, basicamente só encontramos preocupações e medidas sanitárias destinadas às vilas do litoral e, especialmente, à capital. No relatório do Presidente da Província de 1856, encontramos as seguintes informações referentes à avaliação da crise promovida pela doença nos primeiros meses daquele ano: (a) a “Cholera” como doença que se desenvolveria também em períodos secos, possuindo caráter diferente de outros tipos de disenterias comuns em épocas de chuvas; (b) a existência de “terroristas” que criam pânico e difundem notícias falsas; (c) a falha na comunicação oficial que impediu o rápido implemento de medidas de preventivas; (d) os relatos de desabastecimento, fuga dos produtores e atravessadores dos locais de venda de gêneros alimentícios; e (e) o reconhecimento da quarentena como a medida mais eficaz, muito prejudicada pela desinformação, descompromisso das pessoas (especialmente, dos responsáveis pela embarcações que sonegavam informações). Quadro muito pouco diferente do recentemente enfrentado, entre os anos de 2020 e 2022, no contexto da emergência da pandemia da COVID-19, especialmente no que se refere à desinformação, ao pânico e ao desencontro das medidas governamentais.

Quanto às medidas tomadas podemos destacar: (a) recomendação para a construção de cemitérios para assegurar o sepultamento das pessoas, sem o qual o combate à doença seria ineficaz; (b) recomendação para impressão e distribuição com a população de instruções higiênicas e terapêuticas; (c) instalação de um Lazareto provisório e um definitivo; (e) designação de um médico por freguesia para atender aos pobres; (f) recomendação para a instalação de depósitos de gêneros alimentícios; (g) proibição de exportação de medicamentos para outras províncias sem despacho da Comissão; (h) limpeza e irrigação das vias públicas; (i) adequação das normas relativas à edificação das habitações e à manutenção dos quintais; (j) investimento no calçamento de vias públicas e instalação de redes de esgotos; (l) instalação de sistema de latrinas móveis; (m) normatização sobre criação e trânsito de animais nas vias públicas; (n) normatização sobre o funcionamento e higienização dos mercados, matadouros públicos, casas de banho e quartéis; e (o) desaconselhamento da construção de açudes e barragens. Um conjunto de medidas também parecidas com as tomadas contra o Coronavírus.

Notadamente, só uma das medidas acima foi direcionada às localidades do interior – a designação do médico para atender aos pobres. As outras ficaram restritas ao litoral e à capital. E chama muita atenção a compreensão, por parte do governo provincial, do dilema em que estavam

inseridas as zonas interioranas. Por um lado, devido ao seu regime de chuvas, reconhecia-se que esses lugares eram extremamente dependentes dos açudes e cacimbas para o abastecimento humano e animal, por outro, com o intuito de impedir a transmissão “do cólera morbus”, desaconselhava-se a construção e o uso da água desses reservatórios. Na Figura 1, abaixo, podemos verificar que existia, na verdade, uma torcida por parte dos membros da Comissão para que não ocorressem longas estiagens, pois a situação poderia piorar com a concomitância entre a seca e “o cholera”.

Figura 1 – Trechos do Relatório do Presidente da Província de Pernambuco (1856)

AÇUDES. A escassez das chuvas durante o ultimo inverno e faz temer a secca ; e se esta for intensa, ter-se-ha de reconhecer mais esta vez a necessidade de depositos d'agua : então ver-se-ha que razão teve a Commissão de dizer o que se lê em seu primeiro relatório. As seccas por si sós são temiveis, e se não fazem tantos damnos aos habitantes desta capital quanto aos do centro da provincia, todavia os da cidade experimentam os seus effeitos com a carestia dos generos de primeira necessidade, que lhes são trazidos de fóra ; mas, se às seccas se junta qualquer outra calamidade, os soffrimentos ainda maiores se tornam. Ameaçada a população com a secca, e com o cholera-morbus, que della se aproxima pelo lado do sul, qual será a sua sorte ?

Os açudes são depositos d'aguas, a que se recorre no sertão, quando faltam as chuvas : elles não passam de represas, que se fazem, afim de concentra-las em lugares mais baixos, em que possam ficar contidas, e a esse meo ; tambem se recorre em outros poizes. Até certo ponto os açudes, que se constroem nesta provincia, são especies de pantanos ; e se nelles ha uma camada d'agua que corre sobre sua superficie e se escapa pelos sangradouros, quando a quantidade, que a elles afflue, he maior do que a capacidade das bacias, aquelles que habitam em sua circumvisinhança experimentam mais ou menos os effeitos das emanações paludosas. Se no sertão os açudes são uma necessidade, e tornam-se indispensaveis em engenhos-d'agua. o mesmo não succede nas proximidades desta cidade.

A salubridade publica exige, que se vá cuidando em fazer desaparecer esta e outras causas de infecção miasmatica, e a Commissão não pôde

Fonte: Relatório do Presidente da Província de Pernambuco (1856).

No que se refere aos grupos sociais mais vitimados pela doença, a análise do Relatório do Presidente da Província de Pernambuco de 1856 revela que “o cholera morbus” matava mais pessoas escravizadas que livres, numa proporção de 4,5 vezes, levando-se em consideração a quantidade da população escravizada em relação à livre. E as informações contidas na *Memória Histórica das Epidemias*, de José Pereira Rego (1873), revelam que “o cholera” matava mais pessoas negras e pardas que brancas. Das 3.338 mortes por cólera ocorridas no Recife, até 1857, apenas 603 eram brancas, enquanto negros e pardos contabilizaram 2.735. Esses dados demonstram que essa peste não

era nada democrática, matava mais pessoas pobres submetidas ao trabalho forçado e insalubre e às péssimas condições de saneamento.

Ao examinar um livro eclesiástico em que foram registrados óbitos ocorridos na Freguesia de São José da Ingazeira, entre os anos de 1855 e 1863, constatamos o quão aterradora foi a epidemia de Cólera nas cabeceiras do Pajeú (PE). De 1024 óbitos ocorridos em 8 anos, contabilizamos, no ano de 1856, 102 mortes atribuídas ao “cholera morbus” interessantemente concentradas nos meses de abril, maio, junho e julho do referido ano. O que significa dizer que ocorreram, devido à doença, em apenas quatro meses, em torno de 10% das mortes de um total registradas em oito anos.

Além dessas, também chamam a atenção, para o período, as inúmeras declarações de *causa mortis* atribuídas à “disenteria” e “enfermidade” de modo genérico, o que pode significar que uma quantidade ainda maior de falecimentos tenha ocorrido em decorrência da cólera.

Se por desconhecimento dos sintomas da doença por parte dos padres que atuavam na freguesia ou por deliberada sonegação da real informação, é algo que ainda está por ser revelado. É possível, por exemplo, do mesmo modo que ocorreu quanto a alguns casos relatados durante a pandemia da COVID-19, que os familiares dos defuntos, por motivos não declarados, tenham solicitado a falsificação ou omissão das reais causas da morte. No presente, por questões de engajamento político a uma postura de negacionismo. No passado, talvez, por questões de distinção social e racial relativa aos grupos sociais mais afetados pela epidemia, como estratégia da elite de se diferenciar desse conjunto de pessoas, notadamente formada por negros e pardos, sobre os quais se abateram 64% das mortes, contra 36% de mortes de pessoas tidas como brancas.

Apesar de, no Relatório de 1856, a “Comissão de Hygiene Pública” apresentar algumas medidas que poderiam ser tomadas para a melhoria da qualidade da vida das pessoas escravizadas, especialmente no combate às doenças sanitárias, o próprio documento constata que, efetivamente, só ficaram no campo das ideias, pois, para serem implementadas, dependiam da concordância e boa vontade dos senhores.

É certo que a cólera causava pânico também entre as classes altas, como se percebe após a leitura dos relatórios apresentados pelos Presidentes das Províncias, nesse período. Mas a preocupação dessas classes com a doença era proporcional ao risco de danos econômicos. Nesse sentido, funciona, como exemplo, a reportagem abaixo reproduzida (Figura 2), que destaca o “golpe terrível desfechado na riqueza pública e particular” que a cólera já provocara na agricultura, com a morte de pessoas escravizadas. Além disso, destacamos, nessa reportagem, o aparecimento de grupos de ladrões aproveitando-se da “penúria” causada pelo avanço da doença.

Figura 2 – Recortes do Jornal Diário de Pernambuco – notícias sobre “o cholera morbus” – 12/04/1856



Fonte: Diário de Pernambuco – 14 de abril de 1856.

Essa preocupação também era muito presente nas áreas sertanejas. Por exemplo, num conjunto de officios da Câmara da Ingazeira (PE), encaminhados à Presidência da Província, entre 1855 e 1857, os vereadores demonstraram preocupação com a disseminação da doença e expuseram a necessidade de construção de cemitérios e da criação dos “Códigos de Posturas” para regulamentar as medidas sanitárias e de comodidade pública. Quanto à construção de cemitérios, temos como exemplo o excerto abaixo transcrito:

Ill^{mo}. Exc^{mo}. Sen^{or}

Quando o terrível flagelo do cólera invadiu esse lugar a necessidade fez estabelecer um cemitério que servisse de jazigo às infelizes vítimas da peste e; passada esta, ali se continuava a dar sepulturas, de maneira que existem monumentos de pedra e cal, contendo os restos mortais de pessoas da maior reputação.

Conquanto porém o estabelecimento fosse feito em local muito adotado com espaço suficiente e cercado com uma faxina apropriada; Contudo a cerca estragada pela mão do tempo e pela ínfima plebe e o mesmo quando aqui esteve o Batalhão 8º, os soldados acabaram

de consumir desta cerca apesar de vigilância e cuidado, todavia faziam em chamas que se não podiam vedar e por isso está acabada, existindo unicamente o portão; e nestas circunstâncias tornaram as sepulturas a serem dadas na Matriz, expediente único a que se pode socorrer, porém em oposição aos princípios da salubridade.

Esta Câmara reconhecendo a utilidade do cemitério, inútil agora por falta do respectivo muro, disposta com a população do lugar a concorrer para essa obra que socorre-se da prestação do Governo da Província pedindo-lhe a sua valiosa cooperação.

A Câmara da Villa de Ingazeira está mais do que certa das benéficas intenções do governo, porém ela mais do que tudo descansa no patriotismo e ilustração do Magistrado que felizmente se acha à testa da administração da Província, e a qual esta Câmara protesta os maiores sentimentos de respeito e consideração.

Deus Guarde V. Ex^a felizmente.

Paço da Câmara Municipal da Vila de Ingazeira em sessão ordinária de 13 de outubro de 1859.

Excelentíssimo Ilustríssimo Senhor Barão de Camaragibe/ Digníssimo Vice-presidente desta Província de Pernambuco/ Francisco Miguel de Siqueira/ Severino José de Almeida Pedrosa Felix Ferreira da Silva/ João Ferreira Liberal/ Joaquim Rafael da Cruz (Ofício entre a Câmara da Ingazeira e a Presidência da Província de Pernambuco (1859). Fundo Câmaras Municipais. Códice - CM 43. pp.147-156. Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE).

Interessante notar, neste ofício, que o cemitério da Villa da Ingazeira só foi construído pela ocasião da epidemia de Cólera (entre os anos de 1854 e 1856). Ao tratar dos túmulos em pedra e cal, os vereadores subscritores do ofício, dentre os quais destacamos o chefe político Tenente-Coronel Francisco Miguel de Siqueira, dão a entender que pessoas “da maior reputação” passaram a ser sepultadas no cemitério, contrariando, provavelmente, um quadro de valores sociais e religiosos que priorizava os sepultamentos no interior da Igreja Matriz, de “Grades Acima”. E que passada a onda epidêmica, os sepultamentos voltaram a ser realizados na Matriz, o que denota um posicionamento depreciativo quanto ao sepultamento de membros da elite no local do cemitério construído. A questão que se coloca é saber os reais motivos pelos quais os sepultamentos voltaram a ser realizados na matriz depois de passada a onda epidêmica, se pela falta ou ausência de muro, ou porque os valores sociais-religiosos se apresentavam como mais importantes que questões sanitárias.

A título de exemplo dessa situação, trazemos os registros eclesiásticos de óbito de Antônia da Cunha Siqueira e do Tenente João Ferreira do Prado, respectivamente, mãe e irmão do já citado vereador, o Tenente Coronel Francisco Miguel de Siqueira. Ela, conforme Nunes (2017), matriarca de membros da elite agrária e governativa do Pajeú, família de sesmeiros e de rendeiros da Casa da Torre, no poder desde o século XVIII. Ele, ocupante de vários cargos administrativos, judiciais e considerado o detentor da maior fortuna das Cabeceiras do Pajeú, no século XIX.

proibições: (a) a abertura de sepulturas sem decorridos doze meses do último sepultamento; (b) a lavagem de roupas em locais próximos às fontes de água (menos de cinquenta passos), no verão; (c) o uso de banhos nos açudes e cacimbas destinados ao abastecimento de água potável; (d) a matança de animais no interior das povoações, sem observância do fiscal do bairro e sem o devido sangramento; (e) a abertura dos açougues no período noturno; (f) o lançamento de animais mortos, ou quaisquer outras imundícies nos rios e ribeiros; (g) o assentamento de porteiras nas cacimbas destinadas ao bebedouro dos gados; (h) a construção de cacimbas de beber sem a respectiva construção de uma forte cerca; e, por fim, (i) a criação de porcos soltos nas ruas e nas fazendas.

Portanto, de um modo geral, para o enfrentamento “do cholera”, nas vilas do interior, destacam-se a elaboração de uma série de normas que figuravam no conjunto dos códigos de posturas municipais. Estas regras, que eram referentes à conservação de fontes de água e à criação de animais, associavam-se às iniciativas de construção de cemitérios públicos e à proibição de enterros nas capelas e igrejas de pessoas vitimadas pela doença.

Interessante notar que, apesar de essas normas serem dirigidas a todos os cidadãos, de forma genérica, notadamente privilegiavam as grandes propriedades de terras, especialmente às fazendas de criar gado, ao passo que proibiram a construção de cercas e porteiras nos locais de bebedouros de animais, ao mesmo tempo em permitiram a criação livre e extensiva de gado e proibiram a criação de porcos (animais dos pobres) nas áreas designadas para o criatório de bovinos (80% do território da ribeira). Essa contradição da lei refletia tanto na ineficácia das medidas sanitárias (pois os animais continuariam sendo vetores de contaminação) quanto permitia que os gados das fazendas tivessem prioridade no acesso à água. Acesso que, logicamente, era limitado aos pequenos e aos não proprietários, que ou se submetiam a consumir águas de baixa qualidade ou se submetiam ao quadro de dominação/dependência em relação aos grandes proprietários para acessar seus açudes e cacimbas.

Se “o cholera” foi uma epidemia de sentido reverso sob o ponto de vista de sua disseminação geográfica, não o foi no sentido de igualar “pela morte” uma sociedade marcada pelas desigualdades. Se ela também vitimou indivíduos da elite econômica e política, sendo cruel com a família Siqueira, nem de longe foi capaz de ameaçar as estruturas de poder e dominação estabelecidas.

A “BEXIGA” DA SECA DE 1877: O TEMOR DOS SAQUES E A PROLIFERAÇÃO DA VARÍOLA NO CEARÁ

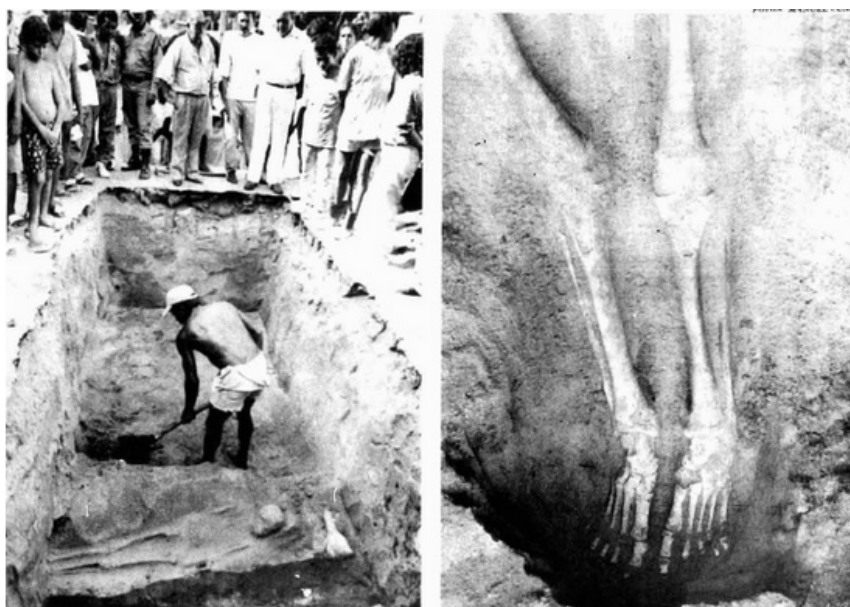
Aquela que ficou conhecida como a “grande seca de 1877” ou a seca dos “três setes” (1877-1878) trouxe um choque a toda uma geração de elite de políticos, jornalistas e “homens de sciencia” no Ceará. Esses acreditavam que a modernidade iria colocar as cenas dos retirantes das secas em um distante e incivilizado passado de barbárie. Por isso, os corpos magros e doentes dos flagelados sertanejos que chegavam às imediações de bairros pobres - as “Areias” da capital do Ceará -

ameaçavam a ordem de uma cidade na qual sua elite tentava emular uma sociabilidade parisiense com grandes *boulevards*, praças e espaços públicos. Durante esses anos de secas, Fortaleza, tornava-se a "capital de um pavoroso reino" segundo palavras do político, escritor e farmacêutico Rodolpho Teófilo, autor de fontes analisadas no trabalho Frederico Castro Neves (2000)

Primeiro, o temor dos roubos e saques. Inspirado em autores como Edward Thompson, Castro Neves (2000) enfatizou o argumento de que as ondas de saques em épocas de secas, embora violentos e feitos por pessoas famintas, não eram atos “selvagens” e descontrolados. O fato é que nem sempre a literatura sobre revoltas populares – presa às revoluções, partidos, sindicatos e movimentos sociais dos contextos europeus do século XIX – esforçou-se em compreender como certas ideias de justiça e moral coletivas eram desafiadas em crises de abastecimento. Por vezes, as secas podiam avançar por anos e, mesmo com mortes e fome, não havia grandes saques. Mas, no caso da seca dos "três setes" no Ceará, um certo senso moral foi diluído – algo já desafiado pela modernização em curso das elites do campo e das cidades foi diluído. A seca de “sete-sete” foi então um processo feito de um desastroso “encontro” de questões climáticas e o “descenso” após um boom da demanda do algodão pressiona um instável sistema alimentar e fundiário que entrava nas oscilações dos mercados mundiais (Davis, 2022). Portanto, mais que um evento climático, foi um senso moral de uma injustiça guiou uma multidão de esqueléticos e "esfaimados" – escravizados ou não - expulsos de terras aos mercados e armazéns dos grandes centros urbanos cearenses.

Além do medo dos saques e revoltas, as grandes multidões também traziam perigos “invisíveis” a olho nu: o vírus da varíola ou da “bexiga”, doença de alto contágio que iniciava com febres e terminava com dolorosas “irrupções” e feridas na pele. Nas palavras de Rodolpho Teófilo, citadas por Castro Neves (2000, p. 35): “Corpos seminus banhados de pús e exhalando um cheiro extraordinariamente fétido e nauseabundo”. Esses corpos ou eram vistos andando ainda vivos ou mortos carregados em redes e carroças de madeira por presidiários embriagados que, em troca de liberdade, enterravam corpos nas valas comuns dos cemitérios de Fortaleza. No que ficou conhecido como “Dia das Mil Mortes” (10 de dezembro de 1878), a cidade já tinha perdido “um quinto de sua população” (Lira Neto, 2011, p. 364).

Foto 1 – Ossadas em vala comum dos mortos da seca de 1877, encontradas no bairro de Jacarecanga, em Fortaleza (1994)



Fonte: O Povo (1994).

A partir desse momento dramático, Rodolpho Teófilo ganharia destaque na Liga Cearense Contra a Varíola e encaminharia uma forte campanha pela vacinação, tendo contato inclusive com o Instituto Manguinhos de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro. O temor da desordem social e “epidêmico” da seca de 1877 também guiou políticas para impedir a chegada das multidões a Fortaleza, nas secas do início do século XX: das políticas de migração para Amazônia, absorção de mão de obra retirante em obras urbanas e de linhas férreas (Cincinato Neto, 2015), até a instalação de campos de concentração nas cidades do interior. Todos esses aspectos marcariam a chamada “Seca de 1915” (Mota Travassos, 2011), e os abarracamentos e campos seriam modelo de “gestão de população retirante” que seguiria para a seca de 1932 (Rios, 2014).

Além do Ceará, há registros de proliferação de varíola em vários ciclos de seca durante segunda metade do século XIX na Paraíba e no Rio Grande do Norte. O capítulo “A ceifa”, do estudo de Nereida Martins (2019), mostra como a Santa Casa de Misericórdia da cidade da Parahyba foi tomada por doentes de “bexiga”, cólera e, também, de febre amarela. O Hospital da Caridade e Cemitério da Boa Sentença eram os locais em que transitaram corpos atingidos pelas epidemias e as ondas secas entre 1850 e 1877. A “bexiga”, junto da febre amarela, também causou muitas mortes na população escrava na sociedade oitocentista na Ribeira do Seridó e “Vila do Príncipe” (atual Caicó), que passaram por momentos de escassez de farinha a surtos de doenças “carências” (Araújo; Macedo, 2011). Mossoró, que à época da seca de 1877 tinha cerca 4 mil habitantes, foi invadida por 30 mil pessoas, muitos destes flagelados da seca vinham dos interiores e invadiram armazéns e depósitos da cidade. Essas cenas repetirão em 1889 (Souza; Medeiros Filho, 1983).

AS OBRAS DO DNOCS, A FEBRE TIFÓIDE NO ALTO PIRANHAS E A SECA DE 1932 NA PARAÍBA

A nível da capital do país, o “problema nacional” das secas veio a ser construído e visibilizado do período de 1849-1877, quando o imperador Pedro II abriu o Paço Imperial para as sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Politécnico. Essas instituições tornaram-se condutoras dos debates sobre qual maneira de combater os problemas das secas, algo que será intensificado no período da “solução hidráulica” (1877-1958). Mesmo com divergências, os projetos dos “homens de ciência” desses institutos eram guiados pela filosofia positivista, tendo a “engenharia o papel de conquistar e domar a barbárie do clima do sertão” (Gonçalves, 2018, p. 525).

Esses projetos de racionalidade técnica de combate à seca avançaram na primeira metade do século XX. Destacamos a criação da Inspetoria de Obra Contra as Secas (IOCS), criada em 1909, e que se transformou em Departamento Nacional na década de 1930: os orçamentos voltados para obras duradouras contra os efeitos das secas ganharam mais espaço do que o de ações emergenciais em ministérios como o da Viação e Obras Públicas, que, durante anos, foi gerido por José Américo de Almeida como ministro (Dandaro; Marcondes, 2018). Entretanto, a promessa de controle da natureza no combate às secas e do avanço da moderna técnica e engenharia das estradas e açudagem “sertão adentro” não impediu a ocorrência de milhares de mortes por crises de abastecimento e ondas de doenças.

As obras de açudagem da primeira grande seca após a Revolução de 1930 – marco de um novo mapa político rumo à centralização do estado brasileiro – marcaria a forte presença do cearense Juarez Távora e do paraibano José Américo de Almeida nos quadros ministeriais. Descendentes de elites pecuaristas e canavieiras em declínio, eles inseriram-se na cúpula dos ministérios do governo Vargas, atuando em um projeto autoritário destinado a transformar um país de “ilhas agrárias” em um moderno parque industrial (Garcia Jr., 2007). Por isso, as fontes que deram registros das secas de 1931-32, por vezes, apontam um viés bastante favorável à atuação desses ministros “nordestinos” nos investimentos diante do risco de desabastecimento: de 1930 a 1932, as despesas do IFOCS subiram de 9.540 para 125.342 contos de réis. Além disso, o Governo provisório de Vargas fez um decreto, em 1931, colocando quatro bacias hídricas da região Nordeste visadas para obras de açudagem: Acaraú e Jaguaribe (Ceará); Alto Piranhas (Paraíba); Baixo Açu ou Baixo Piranhas (Rio Grande do Norte) (Souza; Medeiros Filho, 1983).

Acompanhando expedições governamentais, o jornalista Orris Barbosa (1935) registrou, durante essas secas, entre os anos de 1931 e 1932, ondas de febre tifóide e paratifóide que atacaram moradores das cidades e, também, trabalhadores – chamados de “cassacos” – nos acampamentos de açudes e demais obras hídricas no Nordeste (Octavio, 1999). Causada por um bacilo, a ocorrência de

altas taxas de paratifo estava ligada tanto às condições de acesso à água, como também à deficiência de nutrientes da alimentação. Uma trágica onda de paratifo ocorreu durante as obras de construção de uma barragem no Rio Piranhas. Iniciada em 1920, as obras do açude do Boqueirão trouxeram, por um lado, intenso movimento de trabalhadores e engenheiros e, por outro, expulsão e destruição de plantações e casas de moradores na região atualmente localizada entre São José de Piranhas e Cajazeiras (Oliveira, 2017). Em torno dos abarracamentos da barragem, foi surgindo uma movimentada e pujante vila operária. Esse é o relato do livro *Paraíba e seus problemas*, registrado pelo então deputado José Américo de Almeida, à época que começaram as obras, em 1921:

Em Piranhas, mais de mil homens formigavam azafamados, num recanto, onde, um ano antes, não se encontrava vivalma. Florescia o povoado nascente em condições que já rivalizavam com algumas das antigas vilas sertanejas. Além das trinta casas construídas para o pessoal superior e operário, incrementava-se, dia a dia, a edificação particular. O comércio medrava aos surtos, funcionava uma escola e abriam-se casas de diversão, por iniciativa privada (Almeida, [1923] 1994, p. 394).

Apesar do entusiasmo do relato político de José Américo de Almeida, em relação à modernidade da obra, as péssimas condições de salubridade, de acesso à água e de alimentação, além das aglomerações nas “casas de diversão”, ajudaram a proliferar doenças. Sarampo, varíola e doenças venéreas eram comuns e desrespeitam toda e qualquer hierarquia entre engenheiros e trabalhadores das vilas. Dentre todas essas “pestes”, foi o paratifo que marcou a memória de milhares de mortes e atrasos na obra. O engenheiro Lauro de Mello foi afastado em 1932: além de não conseguir organizar uma logística para impedir os oito a nove óbitos diários de trabalhadores doentes, também não conseguiu ficar imune à doença e precisou se afastar.

O substituto de Mello foi o engenheiro Moacyr Monteiro Ávidos, natural do Espírito Santo. Apesar de tentar organizar um espaço para afastar e isolar os doentes e avançar na obra, Ávidos contraiu também a doença e morreria de tifo desintérico em 15 de dezembro de 1932, mesmo depois de transferido para um hospital em Fortaleza. A barragem foi finalizada em 1936 e inaugurada pelo então governador Argemiro de Figueiredo. Tanto a vila dos trabalhadores seria elevada à categoria de distrito e receberia o nome de “Engenheiro Ávidos”, nome também dado ao açude de Boqueirão em homenagem ao dito engenheiro; quanto, às vidas dos trabalhadores, restou um silenciamento que somente não é definitivo devido a retalhos de uma memória oral transmitida por moradores da região que ajudam a reconstruir a vivência nas obras na década de 1930 (Oliveira, 2017).

Foto 2 – Estrutura do açude “Engenheiro Avidos” no Rio Piranhas na sua fundação (1936)



Fonte: CBDB (2011), citado por Oliveira (2017, p. 34).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa breve reflexão que envolve os estudos sobre a confluência entre as secas, estiagens e as epidemias no interior do Nordeste, podemos apontar algumas linhas de hipóteses a serem testadas com o aprofundamento da pesquisa científica que tem a sociologia histórica como orientação teórico-metodológica. Apesar de as secas, bem como as epidemias, afetarem tanto pobres quanto ricos, e em alguns casos terem sido definidoras para a decadência de algumas famílias que compunham a elite agrária no século XIX, serviram para reforçar estruturas de dominação e dinâmicas de distinção social herdeiras do velho sistema colonial escravocrata.

Outro ponto é que, mesmo existindo doenças similares que atacavam os sertões e os centros urbanos, como a varíola e febre amarela, as ondas de epidemias nos períodos das secas não se fizeram acompanhar, nos interiores, de grandes mudanças urbanas “higienistas”, como foi comum nas capitais brasileiras da primeira metade do século XX. Embora o sertão também tenha sido tão febril quanto as cidades dos “Sul”, não ocorreu no “Norte” o que foi analisado por Sidney Chahlob (2017): campanhas por vezes truculentas para vacinação de varíola e febre amarela junto à profunda transformação urbana pela demolição dos cortiços na capital do Brasil imperial. Também não existem registros, no interior do sertão nordestino, da Gripe Espanhola (1918-1919), que fez vítimas em cidades portuárias como Santos, Rio de Janeiro (Goulart, 2005), Salvador (Souza, 2010) e Recife (Da Silva, 2017). Mas, guardadas todas essas diferenças, reconstruir a história epidêmica das secas no

semiárido brasileiro, se por um lado nos fez acessar dramáticas linhas de uma triste história da desigualdade social brasileira, por outro, nos fez visualizar um leque de possibilidades e estratégias de resistência que os de baixo puderam e poderão lançar mão, especialmente quando veem o quadro da economia moral na qual estão inseridos sendo atacado pelas elites.

Medo, angústia e sentimentos traumáticos podem disparar ante o medo de uma doença ceifar vidas, tornando os estados excepcionais de pandemias e epidemias um campo vasto de estudos da psicologia (Taylor, 2019). Além de instabilidades econômicas, as epidemias geram pânico, medo e explosão de religiosidades que podem guiar comportamentos violentos. No século XX, não foram raras as desconfianças que geraram teorias conspiratórias – dos vírus da AIDS, passando pelo Ebola, até a gripe aviária – em que a xenofobia, o racismo e, também, homofobia moveram argumentos na busca de “países” ou grupos sociais culpados pela proliferação de doenças destinadas a receberem o “castigo divino” por atos sexuais tidos como pecaminosos ou por terem uma dieta exótica. A nível dos sistemas de saúde dos estados modernos, existem processos de diferenciação social que reforçam realidades de desigualdade que se refletem no campo da política, especificamente no processo de escolha de onde, como, quando investir recursos públicos e com quem (a que público atender prioritariamente) para evitar mortes. Todas essas são possibilidades de estudo que um projeto de pesquisa entre áreas da saúde e humanidades poderá empreender.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. L. *Um sertanejo e o sertão*. Moxotó brabo. Três ribeiras; reminiscências e episódios do cotidiano no interior de Pernambuco. Ed. comemorativa do centenário de nascimento do autor. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

ALBUQUERQUE Jr., D. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, jan/abr 2017, p. 225-251. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752017000100225. Acesso em abril de 2020.

ARAÚJO, A. I.; MACEDO, M. K. O sertão febril: impacto microbiano e escravidão nos espaços (in)salubres da Província do Rio Grande do Norte, Ribeira do Seridó (1856-1888), Mneme – *Revista de Humanidades*, v. 12, n. 30, jul-dez, 2011, p. 343-352.

ARRUDA MELO, J. O. *Ideologia e Espaço Social em Orris Barbosa - Ensaio Crítico Sobre Secca De 32 - Mossoró/RN*: Fundação Vingt-Un Rosado, 1999.

CASTRO NEVES, F. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Dumará, 2000.

CHAHLOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* / 2a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

- DANDARO, F.; MARCONDES, R. Obras públicas no contexto regional: secas e gastos no Nordeste brasileiro (1860-1940). *Revista Economia do Nordeste*, Fortaleza, v. 49, jul/set 2018, p. 113-127. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/download/777/730> . Acesso em abril de 2025.
- DAVIS, M. *Holocaustos Coloniais: a criação do terceiro mundo*. São Paulo, Veneta, 2022
- FERREIRA NETO, C. *1915: a história dos cearenses no ano da seca*. Fortaleza: Premius, 2015.
- GARCIA Jr., A. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). *Revista de Ciências Sociais*, UFC, v. 38, n. 02, 2007, p. 74-87.
- GOULART, A. da C.: Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.
- MALVIDO, E. El camino de la primera viruela en el nuevo mundo, del caribe a Tenochtitlán, 1493-1521. *Revista Cultura y Religion*. 2008, p. 2-12
- MARTINS, N. Santa Casa dos Mortos: ritos fúnebres, mortalidade e relações de poder na Paraíba oitocentista. 2019. Tese de Doutorado em História apresentada no PPGH/UFPE, 2019.
- MOTA TRAVASSOS, L. *Uma história não contada: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza–Ceará*. V Colóquio de História: perspectivas históricas, 2011, p.717-730.
- NETO, L. Posfácio In: TEÓFILO, R. *A Fome*. São Paulo: Tordesilhas, 2011, p. 363-371.
- NUNES, A. M. B. Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920). 2017. 429f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.
- OLIVEIRA, I. Construção do açude Engenheiro Ávidos: narrativas silenciadas das vítimas da seca e do progresso (São José de Piranhas/PB, 1920-1980). 2017. Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura plena em História (UFCG) - Cajazeiras, 2017.
- SCHEIDEL, W. *The Great Leveler: violence and the history of inequality from the stone age to the twenty-first century*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- SECRETO, M. V. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.33-51. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v27n1/0104-5970-hcsm-27-01-0033.pdf>. Acesso em abril de 2020.
- SILVA, A. Recife, uma cidade doente: a gripe espanhola no espaço urbano recifense (1918). 2017. Dissertação de mestrado apresentada no PPGH/ UFPE, 2017.
- SOUZA, I.; MEDEIROS FILHO, J. *Os degredados filhos da seca*. 2a Edição, Petrópolis, 1983.
- SNOWDEN, F. *Epidemics and Society: from the Black Death to the Present*. Yale University Press, 2019.
- SOUZA, C. M. A gripe espanhola na Bahia de Todos os Santos: entre os ritos da ciência e os da fé, *Dynamis*, 2010, v. 30, p. 41-63.
- REGO, José Pereira. *Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1873.

RIETVELD, J. J. Na Sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro, Imprell, João Pessoa, 1999.

RIOS, K. Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2014.

TAYLOR, S. The Psychology of pandemics: preparing for the next global outbreak of infectious disease, Cambridge Scholars Publishing 2019.

FONTES CONSULTADAS

ALMEIDA, J. A. A paraíba e seus problemas. Ed, Senado Federal e Fundação José Américo (4ª Ed). [1923] 1994.

BARBOSA, Orris. Seca de 32 – Impressões sobre a Crise Nordestina. 2ª ed. Mossoró/RN: Fundação Vingt-un Rosado, 1998. (Série C; Coleção Mossoroense; s/n).

FIRMO, E. Há 140 anos, “Dia dos Mil Mortos” devastou Fortaleza, O Povo, 01/12/2018. Disponível em: <https://especiais.opovo.com.br/odiadosmilmortos/>. Acesso em abril de 2020.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Edição de 14 de abril de 1856. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02497.0172 / Rótulo: 029033_03.

ÓBITOS Nº 02 (1855-1865) da Freguesia de São José da Ingazeira. Arquivo Eclesiástico da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Remédios de Afogados da Ingazeira.

OFÍCIOS entre a Câmara da Ingazeira e a Presidência da Província de Pernambuco (1854-1915). Fundo Câmaras Municipais. Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE.

LEI nº 480/1860. Fundo Leis Provinciais de Pernambuco do ano de 1860 - BR PEAPEJE AIMP-LP-V25.

RELATÓRIO que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1855 o exm. sr. conselheiro dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, presidente da mesma província. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180/items>. Acesso em: 28/05/2020.

RELATÓRIO que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1856 o exm. sr. conselheiro dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, presidente da mesma província. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180/items>. Acesso em: 28/05/2020.